

O agronegócio é o seguinte

## Desonerar a cadeia do agro

Às vésperas do plantio da safra 2008/09, existe uma preocupação no campo com os elevados custos de produção, causados principalmente pela alta dos preços do petróleo e dos insumos agrícolas. O momento é oportuno para aproveitar as mudanças na tributação com o objetivo de diminuir os custos de produção para o nosso produtor rural e reduzir o custo da cesta básica para o consumidor. Atender a essas duas justificativas representa uma dívida antiga de política pública com toda a sociedade.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233/08 altera vários dispositivos constitucionais para fazer ajustes na estrutura tributária. É o eixo da nova reforma tributária pretendida pelo governo. A principal mudança é a substituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados, por um novo imposto com regra nacional, e a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), de caráter federal. A guerra fiscal acaba e a legislação específica para o imposto de cada um dos 26 estados e do Distrito Federal deixa de existir.

As lideranças do agronegócio se movimentam e colocam como prioridade na agenda a questão da redução, e até da isenção, da carga tributária para alguns produtos. As emendas serão propostas pelos deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária. Todo esforço estará no empenho de desonerar e dar mais espaço para o setor na proposta de reforma tributária.

As emendas da Frente Parlamentar da Agropecuária prevêm redução e até isenção de impostos para os insumos utilizados em produto alimentar considerado básico. Uma delas, do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), prevê que a lei complementar a ser votada no Senado não poderá estabelecer para um produto alimentar básico alíquota superior a 4%. Em lugar de uma isenção tributária, haveria uma limitação do tributo. É a aplicação do princípio da imunidade tributária junto com a de simplificação e de justiça.

De acordo com o deputado Sandro Mabel, relator da PEC, a lei complementar criará mecanismos para impedir o aumento da carga tributária e igualará as alíquotas para o Brasil inteiro. Por exemplo, a alíquota do óleo die-

sel em São Paulo é de 12%. Mas, em Mato Grosso é 25% e no Ceará é 30%. A proposta é criar uma isonomia em relação a alguns produtos, e não permitir alíquota superior nos biocombustíveis em relação a dos combustíveis.

Para as entidades representativas da cadeia produtiva do agronegócio é fundamental a harmonização das alíquotas. Seja na venda da semente como na compra do produto a alíquota deve ser a mesma. Outro ponto diz respeito aos projetos de investimentos em curso com incentivos fiscais. A regra não pode ser quebrada de forma abrupta, e um prazo de acomodação se fará necessário. Existe ainda a questão dos créditos acumulados com a isenção de ICMS, como no caso da exportação de matérias prevista pela Lei Kandir. Nas exportações, o modelo de tributação deve desonerar o máximo a cadeia produtiva e estimular a agregação de valor dos produtos.

No carro-chefe da produção nacional de grãos, a soja, o quadro é delicado e exige especial atenção, principalmente nas regiões centrais do País. O solo de cerrado, mais pobre em nutrientes, necessita de uma adubação mais intensiva. Além disso, a distância encarece o frete de fertilizantes, cujo preço subiu de forma inusitada. Com o câmbio valorizado, a situação fica mais difícil. Os produtores de Mato Grosso, por exemplo, terão de fazer simulações e colocar na ponta do lápis a tomada de decisão do sistema de produção a ser adotado. O risco é grande.

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, que se comemora neste mês, **Agroanalysis** traz um caderno especial sobre sustentabilidade. Um conjunto de matérias trata de assuntos importantes sobre a questão ambiental e a responsabilidade social na atividade rural. Em velocidades e enfoques distintos, as certificações chegam às cadeias produtivas do agronegócio. As boas práticas constituem um imperativo para o Brasil fazer a sua inserção e superar as barreiras técnicas de comércio. As tecnologias tropicais ajudam a poupar áreas com maiores produtividades. Uma chance para o Brasil desenvolver selos com base em ativos ambientais e conseguir *funding* para a pesquisa e o desenvolvimento do mundo rural. ■